

**Processo** : TC-006941/989/20-4  
**Entidade** : PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA  
**Assunto** : Contas Anuais  
**Exercício** : 2021  
**Prefeito** : Maurilei Aparecido Dias da Silva  
**CPF nº** : 254.058.838-75  
**Período** : 01/01/2021 a 31/12/2021  
**Relatoria** : Dr. Antonio Roque Citadini  
**Instrução** : UR-18 / DSF-I

**Excelentíssimo Senhor Conselheiro,**

Tratam os presentes autos das **Contas Anuais do exercício de 2021** da **PREFEITURA MUNICIPAL PRACINHA**.

Foram referenciados a este processo de contas anuais o **TC-001467.989.21-6** que trata do Acompanhamento Especial Covid-19 do exercício de 2021, com resultados de verificações mensais das receitas e despesas relacionadas com a COVID-19, o **TC-006917.989.21-2** que trata das Fiscalizações Ordenadas do exercício de 2021.

De acordo com as orientações e determinações traçadas, os exames efetuados por amostragem, seguiram o critério de seletividade, levando-se em conta a relevância e materialidade, concentrando-se em matérias relativas ao exercício financeiro e à execução orçamentária e patrimonial, bem como o atendimento à Legislação que regra os diversos pontos do modelo de relatório disponível na página dos Departamentos de Supervisão e Fiscalização, em especial às exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00, sem, contudo, descuidarmos dos demais itens que, por praxe, fazem parte da rotina fiscalizadora.

Registro a notificação do responsável pelas contas em exame, promovida por meio do processo eletrônico em conformidade com o determinado no TC-A-30973/026/00 (**Doc. 1**), tornando ciente o Responsável pelo exercício de **2021**, de que todos os despachos e decisões exarados no presente Processo serão publicados no D.O.E., na conformidade do artigo 90 da Lei Complementar estadual nº 709/93.

Estas contas foram objeto de **acompanhamento quadrimestral** durante o exercício, que abrangeu os períodos de 01/01 a 30/04 e 01/05 a 31/08/2021, conforme relatórios de fiscalização do 1º e 2º acompanhamentos (**eventos 22.37 e 35.38**), onde foram apresentados os itens selecionados pela relevância, histórico, materialidade e outros fatores que determinaram sua inclusão no período analisado.

Estes relatórios de acompanhamentos foram submetidos a Vossa Excelência que cientificou o responsável pelas contas em exame (**eventos 25.1 e 39.1**), para conhecimento dos apontamentos, sem a necessidade de apresentação de justificativas, mas de forma a contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

O resultado da fiscalização do exercício apresenta-se no Relatório elaborado pela Agente da Fiscalização (**Doc. 46 - TC-6941.989.20 Prefeitura Pracinha**), que foi ratificado pelo Chefe Técnico da Fiscalização (**Doc. 47 - TC-6941.989.20 – Manifestação da Chefia**) com o qual me coloco de acordo, que consolida o resultado do acompanhamento efetuado durante o exercício, bem como as providências adotadas.

Apresento a Síntese do Apurado dos trabalhos da Fiscalização:

Itens	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	NÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício (superavit)	7,84%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de investimentos	4,39%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	NÃO HÁ RPPS
ENCARGOS - Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	44,93%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	27,53%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	PREJUDICADO
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	100%
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	20,65%

É o que submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência, para fins de emissão de parecer, previstos no inciso II do artigo 2º c/c artigo 24 da Lei Complementar estadual nº 709/93, bem como o que dispõe o inciso II do artigo 56 do Regimento Interno deste Tribunal.

GDUR-18, em 8 de junho de 2022.

**Edson Hideo dos Santos**  
Diretor Técnico de Divisão  
UR.18 - Adamantina